

A Primavera Árabe e o enquadramento do outro: a captação da alteridade na narrativa jornalística

Mayra Rodrigues Gomes
José Augusto Mendes Lobato

Introdução

Não surpreende que, ao entrarmos em contato com algum tipo de acontecimento ou fenômeno, busquemos referenciais próximos para inseri-lo em nexos causais, para conhecê-lo e, assim, encontrar justificativas, elencar consequências, enfim, contextualizar aquilo que, à primeira vista, nos parece absolutamente estranho. Como parte do processo de assimilação do ambiente externo, o acesso a credenciais prévias figura como a chave para compreendermos os discursos de diferença e aquilo que, deles, pode ser traduzido. Na linguagem, e nos processos de representação em geral, realiza-se a conversão de determinadas experiências, por mais distantes que sejam, para que entrem em relação com o ambiente circundante, alimentando os modelos e imagens mentais que elaboramos sobre ele.

Como diz Serge Moscovici, antes mesmo do estabelecimento de uma consciência individual ou de uma subjetividade, mergulhamos em sistemas de classificação e denotação, a um só tempo consensuais – pois constroem o senso comum – e prescritivos – posto que antecedem e domesticam a experiência. A dinâmica das relações, diz o autor, é “uma dinâmica de familiarização”, na qual “os objetos, pessoas e acontecimentos são percebidos e compreendidos em relação a prévios encontros e paradigmas”. (MOSCOVICI, 2003, p. 55) Nessas condições, as representações sociais surgem como lugar por excelência da familiarização: são as construções, produzidas e renovadas na linguagem, que se articulam como operadores de “classificação e de denotação, de alocação de categorias e nomes”. (MOSCOVICI, 2003, p. 62) Modos de dar nome às coisas e torná-las concretas, ainda que estejamos no registro de categorias abstratas.

Ao estendermos esse raciocínio do psiquismo individual ao coletivo, a mesma lógica é retomada. Contudo, se pensarmos esse coletivo em termos do ambiente das mídias contemporâneas, fica mais nítida a presença de uma especial articulação, absolutamente necessária aos processos de representação. Hoje em

dia, é muito mais explícito nos processos representacionais – ou o apelo é mais notório – o papel do reconhecimento por meio das diferenças.

Além disso, tal papel se exacerba, pois a tradução daquilo que é diferente – a alteridade, o outro, o exógeno – figura como promessa ontológica e como referencial das narrativas dispostas nos fluxos de comunicação. Para além do falar do que é semelhante, da ordem da identidade, somos constantemente confrontados com enunciados que convidam à contemplação de acontecimentos nem sempre acessíveis por uma experiência imediata; somos convocados a operar cognitivamente, outrossim, socialmente, pela via da alteridade.

Nos diferentes gêneros de discurso, o outro surge como categoria inevitável para a produção de sentido. Conhecer as estratégias a partir das quais ele é representado, acreditamos, é um caminho para examinar o potencial mobilizador e, em última análise, disciplinar da linguagem das mídias, domesticando o visível e fornecendo-nos um quadro ou mapa a partir do qual as próprias possibilidades de compreensão da alteridade são postas – e impostas –, ressoando socialmente nas imagens mentais e formações discursivas.

A fim de aprofundar tais reflexões e dar-lhes concretude com eventos do mundo, este trabalho busca acompanhar o tratamento dado à Primavera Árabe, denominação corrente da onda de protestos que, desde 2010, veio alterando os regimes políticos e sociais de aproximadamente 15 países do norte africano e do Oriente Médio. Na verdade, a própria denominação já figura, na narrativa jornalística, como modo de enquadramento dos fatos num panorama já reconhecido. Sob esse aspecto, a notícia passa a ocupar um quadrículo do quadriculamento do espaço cognitivo que toda palavra, toda representação, e a do jornalismo mais notoriamente, opera no sentido de orientar a compreensão do fenômeno e dos incidentes a ele atrelados.

Tendo os conceitos acima mencionados e os estudos sobre linguagem como chão em que nos locomovemos, serão analisadas matérias de quatro veículos de comunicação brasileiros (*UOL/Grupo Folha, BBC Brasil, Opera Mundi e Carta Capital*), visando mapear estratégias discursivas relacionadas à conversão do outro no mesmo. A alocação do próprio termo “Primavera Árabe” para as ocorrências mencionadas é considerada, aqui, um exemplo nítido da redução de não familiaridade ao plano do *déjà-vu* e da disciplinarização que as mídias, desse modo, protagonizam.

A perspectiva de associar as mídias ao quadriculamento do espaço vivenciado como recurso inerente à dimensão simbólica e, conseqüentemente, às experiências humanas de contato com a diferença, nos convida a uma breve reflexão

sobre as atribuições da linguagem. Autores que examinam essa questão, no âmbito dos Estudos Culturais e da Filosofia da Linguagem, permitem notar que, para além do falar de si, da enunciação da identidade que molda o indivíduo e a comunidade à qual pertence, a produção e a circulação de representações também servem como instrumentos de demarcação das fronteiras que separam o próprio do alheio. Constroem este último a partir de referenciais dados e jogos de oposição que nada têm de isenção, posto que “as linguagens são sistemas classificatórios e toda classificação automaticamente hierarquiza”. (GOMES, 2008, p. 93)

É necessário, portanto, compreender que no movimento das comunicações e das produções discursivas está em jogo não apenas a dinâmica das identificações, mas também “esse duplo movimento que é o da presença e da ausência, da identidade e da alteridade” (GOMES, 2008, p. 79) oferecidas dentro de complexas teias narrativas.

Em diferentes campos de conhecimento, entender o ato de narrar e ouvir histórias como um processo contínuo de construção da subjetividade e daquilo que é visível permite-nos alcançar uma ideia tratada, entre outros, por Kathryn Woodward. (2000, p. 17) Segundo ela, “é por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos”. Isso ocorre por meio daquilo que desde a filosofia clássica se convencionou denominar representação – ou abstração, como diria Vilém Flusser (2008) –, a saber, o processo de mergulho no campo das operações de substituição, perpetradas no simbólico para dar significado à torrente de fenômenos, objetos e elementos da vida concreta, inapreensível em sua plenitude.

Em ocasiões anteriores, tratamos do conceito de ordem simbólica como lugar em que as diferentes partes e estruturas do que convencionamos denominar realidade são construídas, posicionadas e articuladas. Essa ordem consiste não apenas em um determinado modo de confecção de saberes, mas em um trabalho de organização do mundo que constitui quadriculamentos, modelizando o olhar que lançamos sobre ele e as condutas esperadas a partir dos sentidos instalados em cada compartimento. “A ordem simbólica nos apresenta aquilo a ser visto, experimentado, vivido: tanto os modos quanto as existências. O resto é silêncio”. (GOMES, 2008, p. 26) Em suma, no trânsito do Real, inalcançável por definição na acepção estruturalista/laciana, ao Simbólico, toda experiência é filtrada, ou domesticada, pelo ambiente sociocultural em que estamos inseridos.

Essa ideia se conecta diretamente às proposições sobre a *mimese* de Aristóteles, que notava nos diferentes instrumentos de representação – que podemos associar, hoje, às operações da linguagem em geral – mais do que um modelo

de reprodução fidedigna daquilo que era vivenciado pelo homem. Por excelência, representar é um verbo análogo ao criar, ao reconstruir. A despeito das diversas tentativas de mascarar esse processo seletivo e intersubjetivo de criação em campos do saber os mais variados – incluindo a história e o próprio jornalismo –, autores contemporâneos, como Patrick Charaudeau (2006, p. 42), enxergam o discurso como muito mais do que mera representação do mundo; para este, um discurso descortina “uma relação, ou mais exatamente, representa o mundo ao representar uma relação”. De que relação falamos a não ser da relação já estabelecida de um cultura e seu mundo: representar é sempre reencenar tal relação.

Notemos que, ao produzir enunciados, tratamos de converter o ambiente narrado ao nosso horizonte de expectativas e apresentá-lo a outros – aos interlocutores do contrato de comunicação, como posto por Charaudeau –, incluindo nós mesmos, na forma de atestados, afirmações e textos autoconfirmativos. Narrar é deixar-se envolver e, por extensão, envolver todos os participantes da situação de comunicação nos consensos produzidos no seio da ordem simbólica.

Serge Moscovici (2003), com sua perspectiva das representações sociais, também faz menção a essa característica dos processos discursivos ao atribuir-lhes duas dimensões, dissociáveis apenas em termos formais: a consensual e a prescritiva. Por conectarem-se à montagem do senso comum, todas as representações nos ajudam no contato com a realidade e fornecem quadros prévios de compreensão dos fenômenos. Por outro lado, e também como consequência, as representações que circulam coletivamente indicam um dado a ver; lançam luz sobre alguns fenômenos, em detrimento de outros, formando, assim, compartimentos dentro dos quais uma massa amorfa de fenômenos pode ganhar sentido.

Nesse aspecto, as representações “se impõem sobre nós com uma força irresistível”, formam “uma estrutura que está presente antes mesmo que nós comecemos a pensar e de uma tradição que decreta o que deve ser pensado”. (MOSCOVICI, 2003, p. 36) Salvam-nos do que o autor chama uma “ameaça de perder os marcos referenciais”, a saber, o risco permanente “de perder contato com o que propicia um sentido de continuidade, de compreensão mútua”. (MOSCOVICI, 2003, p. 56)

A consequência direta desse procedimento é o que Moscovici indica como finalidade central de todas as representações: tornar familiar aquilo que, a princípio, é incompreensível, pois estranho. O uso de prévios paradigmas, citado por nós ao começo deste texto, o recurso da estereotipia, as intermináveis comparações entre o que houve anteriormente e o que está acontecendo – recurso muito comum no campo do jornalismo, como veremos mais adiante –, as oposições

erigidas a fim de delinear um traço diferencial e algo de similaridade, se valem da representação para construir roteiros, modos de ver e, em última análise, modos de viver. Moscovici (2003, p. 69) diz que esse efeito de domesticação pode ser denominado rotinização; a saber, um “processo que nos possibilita pronunciar, ler ou escrever uma palavra ou noção familiar no lugar de, ou preferencialmente, a uma palavra ou noção menos familiar”.

Outro autor a perceber o duplo prescrição/consenso e o processo de familiarização é Jerome Bruner (2014, p. 36), para quem a presença de “modelos narrativos” se estende não apenas aos discursos que produzimos, mas também à própria subjetividade. Para o autor, as experiências diárias alimentam, mas também são viabilizadas pelas histórias produzidas pelo indivíduo, em uma complexa via de duas mãos na qual “as histórias confirmam um certo senso comum a respeito daquilo que podemos esperar”. (BRUNER, 2014, p. 40) Nesse sentido, podemos aferir que a tarefa narrativa tem a função clara de produzir repertórios compartilhados e, extensivamente, gerar identificação entre aqueles que partilham seus sentidos: ao invés do estranhamento e do confronto com o ilegível, construímos uma ordem na qual o inesperado e o surpreendente se tornam, paradoxalmente, mais fáceis de antever.

Fabricar histórias é o meio para nos conciliarmos com as surpresas e estranhezas da condição humana, para nos conciliarmos com a nossa percepção imperfeita dessa condição. Histórias tornam o inesperado menos surpreendente, menos sinistro: elas domesticam a imprevisibilidade dando-lhe um verniz de banalidade. (BRUNER, 2014, p. 100)

Agregando as reflexões lançadas até o momento, entendemos que os procedimentos de representação, primariamente operações de linguagem e geração de discursos, supõem: a) um processo de organização espaço-temporal e modelização das experiências de mundo, transformadas em produção narrativa; b) um processo criativo, ou seja, de interpretação ativa e intersubjetiva da realidade, que vai além da *mimese* pura; c) a produção de consensos sobre o ambiente exterior, que naturalmente passam a prescrever-nos formas de observá-lo, rotinizando-o; d) a redução de não familiaridade, a fim de domesticar o olhar e reduzir o incômodo do confronto com a diferença, com o incompreensível; e e) um processo contínuo e permanente de identificação.

Esses dois últimos aspectos – a busca pela identificação e a domesticação do outro – se mostram relevantes para examinarmos os enunciados produzidos

no campo do jornalismo que tratam de ambientes distantes, aquilo que, em outras ocasiões, optamos por denominar “narrativas de alteridade”. (LOBATO, 2014) A produção de saber, a conformação ao corpo social e a construção de sentidos de pertencimento e identidade são efeitos naturais de enunciados que marcam presença desde as narrativas orais e a pintura rupestre até as manifestações das mídias digitais, atuando a um só tempo na “transmissão do *ethos* comunitário” (SODRÉ, 2009, p. 180) e na demarcação de campos de visibilidade a partir dos quais um mundo complexo, caótico e naturalmente desordenado se torna passível de compreensão, pela dotação de sentido.

No processo de inserção do indivíduo na malha simbólica, as identificações são formas por excelência de produzir o que outrora denominamos o “respaldo social, o sentimento de pertencimento” (GOMES, 2008, p. 77-78) – laços que nos acompanham desde o berço e que nos permitem mapear expectativas, normas de conduta, elementos familiares e traços de uma determinada cultura. Essas organizações supõem, naturalmente, trocas e situações de comunicação dadas nas quais se erigem formações discursivas e concepções/visadas ideológicas a partir das quais nos apegamos e vinculamos a uma autoimagem sólida e – ao menos aparentemente – estável. Isso envolve tanto a produção da identidade quanto a da alteridade, a saber, a demarcação daquilo que pertence ao ambiente externo, ao outro, ao diferente, àquilo que devemos nos opor cotidianamente, reafirmando nossa própria existência no *socius*.

Como diz Freitas (1992, p. 83), ancorada em reflexões da psicanálise, “o valor da linguagem reside na evocação e no reconhecimento”, pois estes fazem com que a linguagem ligue “os sujeitos ao pacto que os transforma”, e “é assim que os estabelece como sujeitos”, ontologicamente dependentes uns dos outros. Não à toa, Homi Bhabha (1998, p. 75) apontará que “existir é ser chamado à existência em relação a uma alteridade, seu olhar ou locus”. O outro é, enfim, uma necessidade implícita da linguagem e das dinâmicas sociais cotidianas.

Esse trabalho de diferenciação, porém, como notam diversos pesquisadores dos estudos culturais, como Hall (2001), Woodward (2000) e Bhabha (1998), não ocorre de maneira isenta. A teia da ordem simbólica só se pode tecer a partir de rigorosas operações de restrição – demarcações de campos, possibilidades e limites – que definem até onde vai aquilo que nos é familiar, próprio ou mesmo digno de compreensão. É por isso que Kathryn Woodward (2000, p. 18-19) atesta que “todas as práticas de significação que produzem significados envolvem relações de poder, incluindo o poder para definir quem é incluído e quem é excluído”, e que a produção da diferença estabelece “distinções, frequentemente na

forma de oposições”, em que “as identidades são construídas por meio de uma clara oposição entre ‘nós’ e ‘eles’” (WOODWARD, 2000, p. 40), gerada a partir de desigualdades e julgamentos arbitrários, a partir dos quais uma parte é sempre tida como “desviante” ou “errante”.

Podemos vincular esses raciocínios às teorias do discurso, que pressupõem a existência tácita de relações de poder em todos os enunciados socialmente dirigidos – dentro e fora das mídias –, já que eles “representam uma forma de narrar o mundo e nessa forma está embutido o mundo a ser vivido”. (GOMES, 2003, p. 41)

Ancorados no pensamento de Michel Foucault (1996), em especial, trabalhamos com a ideia de que a narratividade – essa característica indissociável do sujeito – caminha lado a lado com a produção de disciplinas, ou seja, modos de ver e articular informações e sentidos. Como argumenta o autor, as disciplinas são um importante “princípio de controle da produção do discurso”, que envolve a fixação de limites “pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente das regras”. (FOUCAULT, 1996, p. 36) Fornecem as possibilidades próprias da produção de um enunciado, antecedendo-o e definindo as regras que permitem sua elaboração.

No âmbito da linguagem, notamos que diversos dispositivos disciplinares – palavras ou elementos proibidos, termos recorrentes, estereótipos, modos de diferenciação – atuam diretamente na domesticação do visível e na conformação de referenciais prévios, muitas vezes exteriores ao fenômeno ou ambiente que se busca enunciar. Por isso, o jornalismo foi eleito como nosso espaço discursivo de análise. Caracterizando-se pela produção do efeito de real, da verossimilhança e da credibilidade – gerada pelo próprio estatuto profissional, ético e deontológico do campo –, seus eixos articuladores (GOMES, 2000), as narrativas de informação apontam, da divisão por editoriais aos procedimentos de apuração e seleção de fontes, da natureza de captação à seletividade presentes nos modelos de edição e adaptação à linguagem de diferentes mídias (audiovisual, digital/multimídia, imprensa, sonora), para uma estrutura especialmente propensa à educação e normatização das experiências humanas. Enquanto categoria discursiva, o jornalismo, como alerta Liriam Sponholz (2009, p. 105), “obedece às mesmas regras dos processos de conhecimento em geral”, sendo incapaz de espelhar a realidade, já que “este processo é sempre perspectivo, eletivo e construtivo”.

Ao atuar na mediação de fenômenos, audiências e universos socioculturais os mais diversos, ao tentar ocultar seu caráter seletivo por meio dos pressupostos/valores de objetividade, imparcialidade e neutralidade, o discurso jornalístico expõe uma natureza disciplinar que guia não apenas a captação da realidade, mas o

estabelecimento de um pacto de comunicação próprio com o seu público, pautado, paradoxalmente, pelo apagamento dessa mesma natureza.

Partimos da hipótese, a ser testada na análise de material jornalístico sobre a Primavera Árabe, de que o jogo das disciplinas é preponderante e facilmente observável, em especial, quando tratamos de narrativas cujo ponto de confluência e intriga central é a questão da alteridade – ou seja, da tradução, apresentação e decodificação de universos que não pertencem à nossa experiência imediata. Quando nos deparamos com aquilo que é diferente no texto jornalístico, acompanhamos a sondagem dos traços de familiaridade que permitem sua tessitura e leitura, o contrato de comunicação erigido sobre uma série de escolhas discursivas que domesticam o visível e apresentam o outro segundo referenciais que lhe são absolutamente exteriores, evidência primeira da disciplinarização da alteridade nas mídias.

Dar nome ao(s) outro(s) – o percurso da Primavera ao Inverno Árabe nas mídias

Acreditamos que o trajeto conceitual aqui apresentado mostra com clareza um processo de ordem cognitiva, de apreensão do mundo, só realizável pela via de uma espécie de quadriculamento (um diagrama/metáfora) do espaço físico, cultural e social que permite o encaixe de cada elemento sob um selo que o define e às suas circunstâncias. Tal selo é simplesmente a rubrica operada pela palavra, pelo nome dado às coisas.

No entanto, ao longo dessa exposição, permanecemos no nível de articulações lógicas, embora oriundas, para os pensadores que as conceberam, das experiências com e no mundo vivido. Assim, para que a exposição teórica se feche coerentemente e nossa hipótese se mostre factível, é preciso que mostremos a atualidade do processo em eventos de nossa realidade.

Para tanto, escolhemos o exame de ocorrências recentes no que concerne ao nome das coisas e ao tratamento dado pelo jornalismo ao nome e à progressão das ocorrências. Trata-se do amplo espectro de um movimento consagrado com o nome de Primavera Árabe, visto a partir de oito matérias jornalísticas de quatro veículos de comunicação: *UOL/Grupo Folha*, *OperaMundi*, *Carta Capital* e *BBC Brasil*. A seleção desse *corpus*, após exploração nos arquivos dos quatro *sites*, se deu em função da atribuição de sentidos e da menção direta ao fenômeno da Primavera Árabe, enfatizando, questionando ou debatendo a natureza do termo e os incidentes políticos em diferentes países por ele agrupados.

A pertinência levou ao material escolhido que se divide entre reportagens produzidas na esteira dos protestos, ainda em 2011/2012, e outras com tom analítico e posterior às principais ocorrências, já no ano de 2013. Assim, pudemos examinar não só a recorrência/incidência, mas também o deslizamento de significados em torno do conceito da Primavera Árabe – pouco a pouco desconstruído por especialistas consultados e, extensivamente, pela própria cobertura jornalística internacional, chegando a transformar-se, oportunamente, em Inverno.

Iniciemos, nossa análise, pois, com algumas palavras da reportagem de Débora Melo, publicada em 2013 no *UOL*, que fornecem o contexto inicial do fenômeno:

Em dezembro de 2010, o tunisiano Mohamed Bouazizi ateou fogo ao próprio corpo, em um ato de protesto contra os abusos do governo e as condições de vida no país, o que foi o estopim dos levantes que se seguiram depois no Egito, na Líbia, na Síria e no Iêmen, e também em Bahrein, Marrocos, Argélia, Jordânia e Sudão. (MELO, 2013)

No mesmo texto, Mohamed Habib, professor da Universidade Estadual de Campinas conselheiro do Instituto de Cultura Árabe, afirma à repórter que a origem do termo “Primavera Árabe” está na busca por transformações efetivas no vasto mundo árabe; representa, segundo ele, “um desejo de que todo o Oriente Médio saísse de uma fase escura de povos oprimidos e explorados”.

Esse desejo do Ocidente estava encarnado, a julgar pela terminologia usada, em ocorrência do passado com a qual a comunidade internacional – em especial a do Ocidente – se solidarizou em ampla escala. Em 5 de janeiro de 1968, houve, na então Tchecoslováquia, um movimento político por reformas, sobretudo por autonomia em relação ao domínio exercido pela União Soviética, conhecido como Primavera de Praga. Alexander Dubcek implantou reformas em direção à descentralização da economia, em prol de direitos humanos, por democratização e por maior liberdade de imprensa e de expressão, almejando uma social-democracia.

Ora, denominando a onda de protestos iniciada ao fim de 2010 na Tunísia – e seus desdobramentos em 15 países norte-africanos e do Oriente Médio – uma Primavera Árabe, os movimentos árabes foram encaixados em definido núcleo de nosso panorama cultural. Tal núcleo implica a absorção e entendimento do evento dentro de nossas representações sociais consensualizadas, assim como a partir de expectativas implícitas, no caso, a de todas as reformas intentadas pelo movimento de Praga, mirando a liberdade de expressão, a democracia e o estabelecimento de um ideário moderno em países longamente afetados por regimes autoritários.

Junto com essa imediata compreensão, ou até mesmo por conta dela, instala-se instantânea familiaridade – a identificação de que falávamos anteriormente, como fenômeno condicionado à apreensão do sentido. No entanto, o movimento árabe se inscreve em contexto social completamente diferente. Se a relação de alteridade de Praga com a URSS se reduz a uma relação opositiva entre duas instâncias, a do movimento árabe congrega, como veremos nas reportagens pós-2011, em especial, inúmeras facções e conflitos de naturezas diversas, que nem sempre conduziram a soluções pacíficas ou de estabilização política e cultural das nações.

Está-se diante, e aqui recorremos novamente a Homi Bhabha (1998, p. 209), de um problema maior do que “a ‘individualidade’ da nação em oposição à alteridade de outras nações”; na realidade, trata-se de uma comunidade simbólica “dividida no interior dela própria, articulando a heterogeneidade de sua população”, ou, mais precisamente, de vários outros que são tratados como um só. Como diz o autor, o jogo da diferença cultural não é livre das pluralidades que se tenta apagar a partir das operações de coalizão de sentido:

O sujeito do discurso da diferença [...] é constituído através do *locus* do Outro, o que sugere que o objeto de identificação é ambivalente e ainda, de maneira mais significativa, que a agência de identificação nunca é pura ou holística, mas sempre constituída em um processo de substituição, deslocamento ou projeção. (BHABHA, 1998, p. 228)

Por um lado, temos a alteridade Ocidente/Oriente árabe, que é diluída no enquadramento do termo “Primavera”, que por sua vez congrega a diversidade fazendo rasura das diferenças, elas próprias desdobradas nos diversos contornos do mundo árabe. A tentativa de congregar movimentos de diferentes naturezas cujos traços de semelhança evidentes são a contiguidade espaço-temporal e o estímulo mútuo à sua própria incidência é notável em textos como “Um ano de Primavera Árabe: o furacão que derrubou governos e contagiou o mundo”, do *Opera Mundi* – que faz uma retrospectiva, de 2010 a janeiro de 2012, dos principais acontecimentos em países como Tunísia, Egito, Líbia, Iêmen, Síria e Bahrein, sem, entretanto, dar ênfase aos efeitos potencialmente negativos das manifestações e das deposições de regimes autoritários, tratando-os como eventos interconectados em sua essência, com motivações e desdobramentos idênticos.

Essa tentativa de articulação, mais frequente no primeiro ano após o ato suicida de Mohamed Bouazizi na Tunísia, rapidamente se prova insuficiente e é tratada como uma contradição por resolver nos textos da cobertura internacional.

Não é com surpresa que vemos, já em 2011, matérias como a da *Carta Capital*, com o título “Após seis meses, Primavera Árabe enfrenta incertezas” e o subtítulo/linha fina “Grupos sociais mais secularizados começam a temer a força cada vez maior dos partidos de ideologia mais islamista”. O texto indica que, a respeito das forças envolvidas nos protestos, havia resistência à implantação de reformas políticas nas nações afetadas:

Mais de seis meses após seu início, a Primavera Árabe – série de levantes populares que começou na Tunísia e se espalhou por vários países da região – enfrenta um impasse envolvendo violência, mortes, frustrações e dúvidas quanto a mudanças práticas. No começo do ano, os protestos eram vistos como uma onda pacífica de mudanças rumo a reformas, democracia e destituição de governos no poder havia décadas. [...]

Mas a Líbia passa por uma guerra civil, enquanto as manifestações na Síria e Iêmen são reprimidas com extrema violência e não há sinais de que os governantes renunciem. No Bahrein, as manifestações em favor da democracia foram reprimidas e extintas pelo governo. Ativistas e membros da oposição foram presos. (AGÊNCIA BRASIL, 2011)

É com a constatação da existência de diversas vertentes islamitas no cenário da democratização, cada qual em luta pelo poder, e da ascensão de outras lideranças autoritárias, em substituição às antigas ditaduras contra as quais a Primavera Árabe se batia, que o termo “Primavera”, tão amigável e facilitador, começa a perder seu efeito domesticador e rotinizador. A palavra “Inverno”, que evoca dificuldades e confrontos, passa a ocupar seu lugar, também no seio de uma operação de enquadramento, um modo de dizer com o qual sabemos algo das circunstâncias adversas. O quadrículo, assim, passa a ser repositório de divergentes sentidos, para um fenômeno igualmente complexo e multifacetado.

Não à toa, em 2013 – período no qual surge maior volume de questionamentos sobre o termo, em função do cenário de instabilidade no Egito, na Síria, na Líbia e no Iêmen – vemos conteúdos mais enfáticos na revisão da outrora denominada Primavera. É o que se nota na matéria “Duro inverno para a Primavera Árabe”, assinada pela correspondente internacional chefe da BBC, Lyse Doucet, que resume os desdobramentos em alguns dos países afetados pela onda de protestos.

A Líbia agora vê o enfrentamento de milícias rivais. O Egito luta para encontrar um caminho em direção à democracia. O Iêmen é sacudido

pela violência derivada da presença da Al-Qaeda no país. Na Síria, uma guerra que só fica pior aprofunda o desastre humanitário.

À medida que um duro inverno se anuncia, é difícil encontrar qualquer doçura na chamada Revolução do Jasmim na Tunísia, que levou à derrocada do regime de 23 anos do presidente Zine al-Abidine Ben Ali. [...]

Na Tunísia, o antigo estado policialesco de Ben Ali continua intacto. No Egito, o Exército continua a dar as cartas como nos velhos tempos. No Iêmen, Abdullah Saleh já não é mais o presidente, mas ele continua a ser uma figura influente. (DOUCET, 2013)

Linha semelhante é adotada em “O inverno árabe”, texto assinado por Gianni Carta na *Carta Capital*, em 2013. O viés crítico a respeito da Primavera é direcionado, em especial, à análise dos cenários da Tunísia – onde eleições democráticas poderiam ser agendadas em breve – e do Egito, país no qual a ascensão de um regime militar gerou mortes de centenas de opositores. Complementa-se tal raciocínio com uma crítica direta aos Estados Unidos e a outros supostos apoiadores ocidentais à deposição do presidente egípcio Mohamed Morsi, eleito democraticamente como efeito da Primavera Árabe e expulso do poder cerca de um ano depois, que não teriam agido à altura na administração dos conflitos subsequentes à queda do chefe de Estado. Para isso, recorre-se às próprias raízes islâmicas de Barack Obama, reforçando a contradição da imobilidade de um presidente que, por supostas afinidades culturais e étnicas, deveria envolver-se diretamente na solução dos problemas causados pela Primavera:

O Ocidente, com a conspícua participação de Washington no cenário internacional, e um presidente, Barack Obama, que prefere se manter em uma aparente retaguarda de movimentos no mundo árabe, é uma decepção. No seu segundo mandato, Obama, sem objetivos para reeleição, filho de africano e com raízes islâmicas, é um fiasco em termos de política internacional. E sem uma estratégia clara para o mundo árabe, como diz a Carta Capital o professor de ciências políticas Vali Nasr, reitor do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Johns Hopkins, nos EUA, e ex-colaborador do falecido diplomata Richard Holbrooke, do Departamento de Estado, a respeito de Obama. [...]

A lição: não se deve esperar dos EUA, tampouco de um presidente negro com origens islâmicas. (CARTA, 2013)

O enquadramento de um jogo imprevisível em sua essência também é reforçado no supracitado texto de Débora Melo, para o *UOL*. “O Egito, visto

muitas vezes como o responsável por lançar tendências no mundo árabe, assiste à escalada da violência decorrente da polarização entre islamitas e militares”, sinaliza a autora. “Na Síria, a revolta popular que se transformou em guerra civil já deixou mais de 100 mil mortos desde março de 2011. [...] Com o país arrasado, o número de refugiados vivendo na miséria só cresce”. (MELO, 2013)

Melo finaliza, ainda, com uma declaração do pesquisador Mohamed Habib – fonte especializada priorizada no texto. Para ele, “a atual circunstância não permite mais que o movimento seja chamado de Primavera Árabe”. (MELO, 2013) Assim, em um texto assinado às vésperas do Natal de 2013, vê-se uma espécie de apagamento da atribuição de aspectos positivos da Primavera Árabe, agora tornada um pesadelo político de ordem coletiva, que teria trazido mais problemas que benefícios.

Como alerta Moscovici (2003, p. 39), o uso das palavras, mais que orientar a objetivação de conceitos, indica “[...] um meio de classificar indivíduos e ao mesmo tempo teorias implícitas com respeito à sua constituição, ou com respeito às razões de se comportarem de uma maneira ou de outra [...]”. Percebe-se que a construção representacional da Primavera Árabe, pouco a pouco, cede lugar à ideia de um longo e prolongado inverno em função da renovação dos sentidos nela comportados. Renovação essa que é diretamente orientada pelos discursos circulantes – e circundantes – a respeito dos protestos do mundo árabe. “As representações sociais se baseiam no dito: não existe fumaça sem fogo”, diz-nos Moscovici. (2003, p. 79)

Somos levados, assim, a concluir que o termo “Primavera” tinha uma referência central, com o conseqüente apagamento de todas as peculiaridades e particularidades de cada situação política, relacionada à oposição feita a estados despóticos, à bizarra situação de ditaduras de muitas décadas que se revelam, por isso mesmo, impregnadas com o sonho de poder das monarquias absolutas. Elementos componentes do ideário político-cultural do Ocidente, de certo, e automaticamente direcionados aos protestos protagonizados pela população ávida por transformações, mas pouco a pouco incorporados como estratégia de ascensão ao poder por grupos extremistas.

Nota-se que o termo tentou represar todas as manifestações de alteridade, fazendo com que outras culturas convirjam para cenários de nossa experiência, imputando a elas parâmetros nossos – e aí se incluem o ideário democrático, os sistemas políticos presidencialistas e parlamentaristas, com eleições periódicas, e o Estado laico, entre muitos outros aspectos. Será que podemos inferir que os manifestos contra longas situações de julgo levam a articulações democráticas? Aliás:

será que essas situações estão realmente contempladas como desejo que não seja simplesmente orientado pelos olhares do próximo a respeito daquilo que é distante?

Os eventos rotulados como Primavera Árabe constituem exemplo do olhar que lançamos sobre o outro, interpretando os fatos segundo nossos parâmetros e expectativas. Assim domesticamos os eventos que, como se evidencia nos seus desdobramentos,¹ nada tiveram e têm em comum com certa Primavera do passado. Já em 2015, período de produção desta pesquisa, nota-se o agravamento da crise em países como Egito, Iêmen, Líbia e Síria – este último, protagonizando a maior crise humanitária do século, com uma guerra civil que gerou mais de 4 milhões de refugiados buscando abrigo ao redor do mundo, sobretudo no bloco europeu e na Turquia (1,8 milhão) –, além da ascensão do Estado islâmico e de outros grupos extremistas.

Retomando as reflexões anteriormente lançadas, domesticamos o outro para facilitar nossa compreensão, tornando familiar e convertendo as coisas ao já dito, às palavras com seu peso consensual e prescritivo. Domesticamos para evitar um enfrentamento do Real, que sempre nos escapa e pode ser entrevisto nas brechas das diferenças que o outro evoca. Rotinizamos para reduzir o espanto inevitável com aquilo que é inesperado e surpreendente, traduzindo os fatos a partir de leituras previamente postas, tão reconfortantes quanto simplistas.

Certamente, domesticamos para arrolar diferenças num único bloco significativo. Certamente, o jornalismo corrobora esse processo, até mesmo quando aponta as rebarbas que indicam outra compreensão ou um fim inescrutável, disciplinando nossa compreensão. Por ser a um só tempo lugar do contraditório e exercer, nas sociedades modernas, “este papel estratégico de composição e de consequente cimento homogeneizador da vida coletiva” (BENEDETI, 2009, p. 59), o jornalismo é simultaneamente espaço discursivo de apresentação e apagamento das diferenças. Algumas vezes mais, outras vezes menos, promove a rotinização de que nos fala Serge Moscovici; habitua-nos a lançar olhares pautados por determinados pacotes interpretativos. Especialmente quando o outro não é um só; quando a diferença cultural, as sutilezas políticas e as nuances ultrapassam as extremas reduções de complexidade tão caras – e necessárias – ao contrato de comunicação.

Nesse sentido, as narrativas de alteridade na cobertura jornalística sobre a Primavera Árabe assumem, em seu enquadramento, uma estrutura significativa não só aberta, mas propensa ao deslizamento e à fixação de prévios sentidos,

1 Entre as análises sobre o assunto, destacamos a da reportagem “Primavera Árabe: dez consequências que ninguém conseguiu prever”, de Kevin Connolly, correspondente da BBC no Oriente Médio. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/12/131213_primavera_arabe_10consequencias_dg>. Acesso em: 25 ago. 2015.

paradigmas, autoconfirmações. Mais que da significação, o jornalismo que nos apresenta o(s) outro(s) do mundo árabe é lugar da mitificação – ou do mito, em sentido estrito –; nele, nosso horizonte cultural é tomado como operador de sentido para a tradução da alteridade que salta aos olhos em protestos, deposições, golpes de estado e guerras civis aparentemente indecifráveis. Vale lembrar uma precisa análise de Slavoj Žižek a respeito dos mitos políticos de hoje:

Quer dizer, um mito político não é tanto uma narrativa com um significado político determinado, mas sobretudo um recipiente vazio de uma multidão de significados inconsistentes e até mutuamente exclusivos; é errado perguntar: “Mas o que significa realmente esse mito político?”, pois seu “significado” é exatamente servir de recipiente para uma multidão de significados. (ŽIZEK, 2005)

Dentre os propósitos e efeitos apontados, há outros que escapam a nossa análise. Destacamos, no entanto, o fato de que as palavras utilizadas servem para que encontremos no outro o reflexo de nossos sonhos e ideais, ainda que a realidade nos mostre que eles tropeçam. Basta, para tanto, recuperar outro sentido que se apaga no termo Primavera; a – assim pode-se dizer – Primavera “original”, de Praga, entendeu-se até 21 de agosto de 1968, portanto, somente por oito meses, quando a União Soviética invadiu a Tchecoslováquia, sustando as reformas em curso. Tal fato não foi lembrado em nenhum momento dos confrontos árabes, no material jornalístico aqui examinado. Em suma, ficcionalizamos os eventos segundo anseios que nos movem e comovem, inserindo-os em uma lógica causal e consensual que se prova eminentemente disciplinar, mas que se altera e se rearticula de forma contínua, justamente pela tentativa de enquadrá-los – como buscamos evidenciar por meio deste estudo.

Referências

AGÊNCIA BRASIL. Após seis meses, Primavera Árabe enfrenta incertezas. *Carta Capital*, São Paulo, 4 ago. 2011. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/internacional/depois-de-seis-meses-primavera-arabe-enfrenta-violencia-e-incertezas>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

BHABHA, H. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

- BORGES, T. Um ano de Primavera Árabe: o furacão que derrubou governos e contagiou o mundo. *Opera Mundi*, São Paulo, 4 jan. 2012. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/18931/um+ano+de+primavera+arabe+o+furacao+que+derrubou+governos+e+contagiou+o+mundo.shtml>>. Acesso em 20 ago. 2015.
- BRUNER, J. *Fabricando histórias: direito, literatura, vida*. São Paulo: Letra e Voz, 2014.
- BENEDETI, C. A. *A qualidade da informação jornalística: do conceito à prática*. Florianópolis: Insular, 2009.
- CARTA, G. O inverno árabe. *Carta Capital*, São Paulo, 3 ago. 2013. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/revista/760/o-inverno-arabe-7175.html>>. Acesso em: 20 ago. 2015.
- CHARAUDEAU, P. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.
- DOUCET, L. Duro inverno para a Primavera Árabe. *BBC Brasil*, S. l., 15 dez. 2013. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/12/131215_primavera_arabe_lyce_doucet_mm>. Acesso em: 20 ago. 2015.
- FLUSSER, V. *O universo das imagens técnicas: elogio da superficialidade*. São Paulo: Annablume, 2008.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal, 2001.
- FREITAS, J. M. M. *Comunicação e psicanálise*. São Paulo: Escuta, 1992.
- GETTLEMAN, J. Protestos no Sudão ensaiam Primavera Árabe. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 16 jul. 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/1120253-protestos-no-sudao-ensaiam-primavera-arabe.shtml>>. Acesso em: 20 ago. 2015.
- GOMES, M. R. *Jornalismo e ciências da linguagem*. São Paulo: EDUSP; Hacker, 2000.
- GOMES, M. R. *Poder no jornalismo*. São Paulo: EDUSP; Hacker, 2003.
- GOMES, M. R. *Jornalismo e filosofia da comunicação*. São Paulo: Escrituras, 2004.
- GOMES, M. R. *Comunicação e identificação: ressonâncias no jornalismo*. Cotia: Ateliê, 2008.
- GREGOLIN, R. *Foucault e Pécheux na análise do discurso: diálogos e duelos*. São Carlos, SP: Claraluz, 2005.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Guaracira Lopes Louro, 2001.
- LOBATO, J. A. M. *O próximo e o distante na ficção: experiência, enunciação e (re) conhecimento do Outro na narrativa televisual brasileira*. Saarbrücken, ALE: OmniScriptum; GmbH & Co. KG, 2014.
- MELO, D. Primavera Árabe se transformou em ‘inverno prolongado’, diz especialista. *UOL Notícias*, São Paulo, 24 dez. 2013. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/>

internacional/ultimas-noticias/2013/12/24/primavera-arabe-se-transformou-em-inverno-prolongado-diz-especialista.htm>. Acesso em: 21 ago. 2015.

MIRHAN, L. Egito muda o rumo da “Primavera Árabe”. *Opera Mundi*, São Paulo, 5 jul. 2013. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/opiniao/29824/egito+muda+o+rumo+da+primavera+arabe.shtml>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

MOSCOVICI, S. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

SALEH, T. Após 6 meses, “Primavera Árabe” vive de violência e incertezas. *BBC Brasil*, Beirute, 4 ago. 2011. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/08/110803_primavera_arabe_impasses_tariq_rw.shtml>. Acesso em: 21 ago. 2015.

SODRÉ, M. *A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

SPONHOLZ, L. *Jornalismo, conhecimento e objetividade: ensaios de teoria do jornalismo*. Florianópolis: Insular, 2009.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórico e conceitual. In: SILVA, T. *Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

ZIZEK, S. A terra contra-ataca. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 8 maio 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs0805200505.htm>>. Acesso em: 20 ago. 2015.